

A democracia dos mais fortes é sempre a melhor | Carta semanal 18 (2026)



Olga Yaméogo (Burkina Faso), *Le soleil est dans vos pieds* [O sol a seus pés], 2023.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

No dia 15 de outubro de 1987, Thomas Sankara, líder de Burkina Faso, foi assassinado juntamente com doze de seus principais assessores. Na época, da qual me lembro bem, houve grande confusão sobre quem havia cometido esse ato imperdoável. Os assassinos, com medo de confrontar Sankara, atiraram nele pelas costas,

atingindo-o várias vezes antes de alvejar aqueles que estavam presentes na reunião com ele. Pouco depois, um dos colegas de Sankara, Blaise Compaoré, defendeu o golpe alegando que Sankara havia colocado em risco as relações com a França e a Costa do Marfim, um aliado próximo da França. Trinta e cinco anos depois, após uma revolta popular depor Compaoré, ele foi considerado culpado de cumplicidade no assassinato, embora não tenha havido uma investigação séria sobre o papel de agências de inteligência estrangeiras (como a francesa). No entanto, uma pergunta ainda paira sobre o evento: por que Sankara foi realmente assassinado?

Thomas Sankara (1949–1987) foi nomeado primeiro-ministro da então República do Alto Volta em janeiro de 1983, sob o governo do presidente Jean-Baptiste Ouédraogo, que havia chegado ao poder após a deposição de Saye Zerbo em novembro de 1982. Após a tentativa de Zerbo de esmagar os sindicatos, jovens oficiais militares associados ao Grupo de Oficiais Comunistas (Regroupement des officiers Communistes, ROC), do qual Sankara fazia parte, ajudaram a levar Ouédraogo ao poder. Ouédraogo então escolheu Sankara como seu primeiro-ministro. Ambos cultivavam uma imagem pública austera, com o jovem primeiro-ministro chegando a ir de bicicleta para o trabalho. Incomodado com a presença autoritária do ROC, que os franceses queriam destituir, Ouédraogo colocou Sankara em prisão domiciliar e tentou destituir os outros membros do grupo. Em resposta, um jovem Compaoré liderou o golpe de 4 de agosto de 1983 que libertou Sankara e o levou ao poder. Sankara e Compaoré assumiram o controle da República do Alto Volta, que Sankara rapidamente renomeou para Burkina Faso (a Terra do Povo Íntegro).



Fidèle Kabre (Burkina Faso), *Bouba*, 2018.

Uma breve análise da agenda de governo de Sankara mostra o quanto o povo burquinense poderia ter conquistado se ele não tivesse sido deposto e assassinado em 1987. O aspecto mais importante da Revolução Burquinense foi a necessidade de mobilizar a população para a construção integral do país por meio dos Comitês de Defesa da Revolução (Comités de Défense de la Révolution, CDRs), um conceito inspirado na

experiência cubana. Foi através dos CDRs que o governo de Sankara compreendeu as necessidades da população, desenvolveu projetos para atendê-las e os implementou. As principais questões em pauta eram, naturalmente, as mesmas de todos os povos do Sul Global: educação, saúde, soberania alimentar, energia elétrica, moradia, água potável e saneamento básico, meios de subsistência dignos, oportunidades culturais e transporte (item listado nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** das Nações Unidas).

Como emancipar o povo da privação era uma questão que Sankara se colocava quando jovem, ao se interessar pelo marxismo. A resposta veio através do seu trabalho prático no exército e no governo: Burkina Faso precisava exercer soberania nacional sobre as suas matérias-primas (sobretudo o ouro); usar essa riqueza nacional para construir a infraestrutura necessária para a vida moderna de todos os burquinenses (como transportes, eletricidade, educação, saúde e saneamento básico); e criar laços regionais, continentais e internacionais que fortalecessem o senso de identidade do povo, em vez de o diminuírem. Esta foi a base da revolução democrática e popular iniciada por Sankara, a abordagem sankarista, como ficou conhecida após o seu assassinato.



Nyaba Léon Ouédraogo (Burkina Faso), *L'enfer du Cuivre* [Inferno de cobre], 2008.

Em nosso dossiê mais recente, *Luta de classes e catástrofe climática no Sahel* (abril de 2026), mostramos como o Deserto do Saara e o Sahel, que se localiza abaixo do deserto e inclui Burkina Faso, estão sob o domínio de uma catástrofe climática, com padrões climáticos turbulentos interrompendo o pastoreio, a agricultura e as rotas comerciais em uma área já assolada por violentos conflitos separatistas e insurgências religiosas extremistas. Os destroços da destruição da Líbia pelos EUA, França e Otan em 2011 inflamaram todas as contradições políticas ao longo da faixa do Saara-Sahel, da Argélia à Nigéria. Conflitos antigos por recursos, intensificados por desastres climáticos, foram agora agravados pela entrada do Jama'at Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos) e do Estado Islâmico no Grande Saara. Grandes áreas da região do Sahel, do Mali ao Chade, estão sob o domínio desses grupos, que frequentemente são brutais com aqueles que não concordam com eles.

Uma das principais razões para os recentes golpes de Estado em Burkina Faso (2022), Mali (2020 e 2021) e Níger (2023) foi o alinhamento excessivo dos governos no poder com a França, que não conseguiram implementar medidas básicas de ordem e desenvolvimento para a população. Os golpes foram liderados por formações militares com nomes surpreendentemente semelhantes: o Movimento Patriótico para a Salvaguarda e a Restauração (Mouvement patriotique pour la sauvegarde et la restauration) em Burkina Faso, o Comitê Nacional para a Salvação do Povo (Comité national pour le salut du peuple) no Mali e o Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria (Conseil national pour la sauvegarde de la patrie) no Níger. Em setembro de 2023, os governos desses três países se uniram para formar a **Aliança dos Estados do Sahel**. Eles estão lidando com uma série de contradições sobrepostas: o imperialismo e seus aliados regionais, a catástrofe climática e as lutas de classes em suas próprias sociedades.



Saidou Dicko (Burkina Faso), *Princesa da Reciclagem*, 2022.

Nosso dossiê estuda o impacto da catástrofe climática nos Estados do Sahel, examinando em particular o Mali e o Sudão por meio de uma avaliação das contradições de classe na região. Enquanto estávamos elaborando o dossiê, comecei a refletir sobre o ambientalismo de Sankara e o que ele teria feito por seu país, pela região e pela África se ele e o povo burquinense tivessem tido a oportunidade de implementar sua agenda. Aqui está, em resumo, a agenda de Sankara:

1. Para Sankara, a destruição ambiental era produto da devastação colonial da terra, e, portanto, o antídoto deveria ser a gestão ambiental nacional e regional. A natureza não deveria ser tratada como matéria-prima a ser devastada, sem cuidado com sua própria existência. Para esse fim, Sankara iniciou as “Três Lutas” (Les trois luttes) em 1985 contra as queimadas, a exploração madeireira descontrolada e os animais domésticos soltos. Cada uma delas visava uma forma específica de degradação ecológica. As queimadas e a exploração madeireira aceleravam o desmatamento, enquanto o pastoreio descontrolado – resultado do colapso dos sistemas de gestão comunitária da terra sob o domínio colonial e pós-colonial – contribuía para a erosão do solo e a desertificação. Essas medidas tinham como objetivo reverter as formas de degradação ecológica produzidas e aprofundadas pelo domínio colonial, que tratava a terra como um recurso extrativo em vez de como a base da vida coletiva. Enquanto isso, as campanhas de plantio de árvores “Uma aldeia, um bosque” e “Uma escola, um bosque” foram concebidas para restaurar a cobertura arbórea, deter a desertificação e

cultivar a responsabilidade ambiental em nível comunitário e escolar. O projeto “Uma aldeia, um bosque” inspirou o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** do Brasil a elaborar seu próprio **Plano Nacional de Plantio de Árvores** em 2019, com a meta de plantar 100 milhões de árvores em uma década.

2. A fome é produzida pela dependência do mercado de alimentos e pela falta de recursos para produzi-los (como a terra). Sankara defendeu a reforma agrária e o desenvolvimento rural em vez de auxílio alimentar. A reforma agrária sankarista visava aumentar a produtividade do trabalho por meio de melhor organização e técnicas modernas, desenvolver uma agricultura diversificada com especialização regional, abolir as barreiras socioeconômicas que oprimiam o campesinato e tornar a agricultura o pilar do desenvolvimento industrial. O governo revolucionário também tomou medidas para nacionalizar terras e riquezas minerais, enfraquecer o controle dos chefes tribais sobre a distribuição de terras, abolir o trabalho forçado e expandir a irrigação.
3. A falta de infraestrutura nas áreas rurais forçava os camponeses a adotarem formas de sobrevivência que esgotavam a resiliência do campo. Sankara desejava aumentar a oferta de eletricidade no meio rural não apenas para melhorar as condições de vida, mas também para reduzir a dependência da lenha, por exemplo, fornecendo fogões melhores para evitar a exploração desenfreada das árvores para obtenção de combustível. Essa questão permanece sem solução em um país onde o acesso à eletricidade nas áreas rurais era de apenas 5,49% em 2023-2024. Sankara também tinha interesse no desenvolvimento de sistemas regionais de irrigação para permitir um melhor aproveitamento da água da chuva em reservatórios e, posteriormente, por meio de canais.
4. Finalmente, todo o processo dos CDRs e do método sankarista visava descentralizar a tomada de decisões para as comunidades locais e permitir que os recursos fossem geridos pelas pessoas, em vez de por organizações não governamentais internacionais ou mesmo pelo governo central.



Seydou Keita (Mali), *Sem título*, 1948-1954.

Se esses aspectos elementares da agenda sankarista tivessem sido implementados, é provável que os agricultores e pastores da região do Sahel não estivessem enfrentando problemas tão graves hoje. Teria sido possível gerir algumas das contradições que desembocaram em conflitos – particularmente nas regiões norte de Burkina Faso. Lições deste país poderiam ter sido aproveitadas pelo Mali e pelo Níger, e posteriormente pelo norte da Nigéria e por Gana.



Christophe Sawadogo (Burkina Faso), *Le Grenier* [O Celeiro], 2023.

Em 1999, o astro do reggae marfinense Alpha Blondy lançou uma **música** chamada “Journalistes en danger” [Jornalistas em Perigo]. A canção era sobre o jornalista burquinense Norbert Zongo (1949-1998), que havia sido assassinado junto com outras três pessoas na província de Ziro, em Burkina Faso. Ele estava investigando a morte de David Ouédraogo, motorista de François, irmão de Blaise Compaoré. Vinte mil pessoas compareceram ao funeral de Zongo. Ele era um verdadeiro defensor do jornalismo e da democracia e um dos fundadores do Movimento Burquinense pelos Direitos Humanos e dos Povos (Mouvement Burkinabè des Droits de l’Homme et des Peuples) em 1989, inspirado pelas ideias de Sankara. Eu havia visitado a organização em minha última viagem a Ouagadougou, capital de Burkina Faso, e senti o peso do legado de Zongo, que continua a reverberar, assim como o de Sankara, no Burkina Faso que está sendo construído

agora. Eis, portanto, Alpha Blondy, falando-nos sobre aqueles que querem matar a decência e sobre a necessidade de construir algo melhor:

*La démocratie du plus fort est toujours la meilleure
C'est comme ça
Au clair de la lune mon ami Zongo.*

A democracia do mais forte é sempre a melhor.
É assim desse jeito.
À luz da lua, meu amigo Zongo.

Cordialmente,

Vijay